

**OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato da concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa N° 7, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 135.234 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração da Companhia para estimar os gastos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Administração da Companhia. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato da concessão e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato da concessão;
- (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato;
- (iii) análise da determinação de margem no projeto em construção, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos;
- (iv) leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (v) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo;
- (vi) análise da eventuais passivos a serem considerados em decorrência do compromisso de construção e operação, tanto operacionais, financeiros e regulatórios; e
- (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Administração são adequados, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Robinson Meira', written over a blue diagonal line.

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5



DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Balanco Patrimonial | Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.367.697	3.651.492
Contas a receber	5	81.029	47.490
Impostos recuperar	6	375.164	375.892
Despesas antecipadas		16.223	23.641
Ativo de contrato de concessão	7	10.844.349	10.330.903
Outros ativos circulantes	8	27.461	532.296
		15.711.923	14.961.714
Ativo não circulante			
Ativo de contrato de concessão	7	124.389.936	120.860.615
Outros ativos não circulantes	8	2.095.237	754.193
Imobilizado		8.067	-
Intangível		33.776	46.184
		126.527.016	121.660.992
Total do ativo		142.238.939	136.622.706
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos	9	458.823	420.588
Debêntures	10	1.622.000	1.622.000
Fornecedores	11	560.519	969.445
Obrigações sociais e trabalhistas	-	51.647	29.179
Obrigações tributárias	12	1.182.150	1.436.806
Parcelamento tributário	13	91.066	94.403
Dividendos a pagar	16.2	642.191	-
Encargos Setoriais	-	112.057	64.255
		4.720.453	4.636.676
Não circulante			
Empréstimos	9	764.706	879.412
Debêntures	10	28.590.770	28.920.107
Parcelamento tributário	13	136.795	227.860
PIS e COFINS diferidos	15	8.054.157	7.679.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	29.454.286	27.451.049
		67.000.714	65.158.281
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	6.000.001	6.000.001
Reserva legal	16.2	1.729.243	1.512.632
Reserva de lucros retidos	16.2	59.426.571	57.499.998
Reserva de incentivo fiscal	16.2	3.361.957	1.815.118
		70.517.772	66.827.749
Total do passivo e patrimônio líquido		142.238.939	136.622.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	17	13.722.161	12.514.690
Custo da operação	18	(349.973)	(20.944)
Lucro bruto		13.372.188	12.493.746
Despesas operacionais	18	(2.574.180)	(2.916.161)
Resultado bruto		10.798.008	9.577.585
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		97.389	78.574
Despesas financeiras		(3.257.418)	(1.020.560)
		(3.160.029)	(941.986)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		7.637.979	8.635.599
IRPJ e CSLL corrente	20	(1.302.529)	(3.267.413)
IRPJ e CSLL diferido	14	(2.003.236)	1.009.720
Lucro líquido do exercício		4.332.214	6.377.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	4.332.214	6.377.906
Resultado abrangente	4.332.214	6.377.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.000.001	1.193.737	51.440.987	-	-	58.634.725
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.377.906	6.377.906
Destinações:						
Reserva legal	-	318.895	-	-	(318.895)	-
Incentivo Fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	1.815.118	-	1.815.118
Lucros retidos	-	-	6.059.011	-	(6.059.011)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.000.001	1.512.632	57.499.998	1.815.118	-	66.827.749
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.332.214	4.332.214
Destinações:						
Reserva legal	-	216.611	-	-	(216.611)	-
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	1.546.839	(1.546.839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(642.191)	(642.191)
Lucros retidos	-	-	1.926.573	-	(1.926.573)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.000.001	1.729.243	59.426.571	3.361.957	-	70.517.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.332.214	6.377.906
Juros sobre empréstimos	71.628	448.217
Juros e correção debêntures	3.115.056	-
Remuneração dos ativos de contrato de concessão	(13.192.791)	(4.253.558)
Amortização	-	12.407
PIS e COFINS diferidos	374.304	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.003.236	2.617.834
Outros	-	1.815.118
	(3.296.353)	7.017.924
 Variação nos saldos de ativos e passivos:		
Redução/(aumento) de contas a receber	9.116.485	27.434
Redução/(aumento) de impostos a recuperar	728	30.908
Redução/(aumento) de despesas antecipadas	7.418	95
Redução/(aumento) de outros ativos	(836.209)	2.124.942
Aumento/(redução) de fornecedores	(408.926)	(2.082.060)
Aumento/(redução) de obrigações sociais e trabalhistas	22.468	2.598
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	1.056.677	(2.404.797)
Aumento/(redução) de outras obrigações	47.802	(96.415)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	5.710.090	4.620.629
Pagamento IRPJ e CSLL	(1.405.735)	(271.260)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	4.304.355	4.349.369
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	4.341	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	4.341	-
 Atividades de financiamentos		
Captação (amortização) de empréstimos	(148.099)	1.300.000
Captação (amortização) de debêntures	(3.444.392)	30.093.890
Mútuo - Partes Relacionadas	-	780.516
Pagamento - Mútuo Partes Relacionadas	-	(34.769.418)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.592.491)	(2.595.012)
 Aumento de caixa e equivalentes de caixa	716.205	1.754.357
 Caixa e equivalentes no início do exercício	3.651.492	1.897.135
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4.367.697	3.651.492
	716.205	1.754.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Groenlândia nº 112 sala 1-4, Jardim América, São Paulo -SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 – ANEEL, descrita a seguir: Instalações de transmissão no estado do Pará, composta pela subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas pela Diretoria em 20 de abril de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC endossados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

2.2. Base de preparação e julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado do outro modo.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- **Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;**
- **Contabilização de contratos de concessão.**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção (quando aplicável).

• **Momento de reconhecimento do ativo contratual:**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• **Determinação da margem de lucro**

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual**

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro do projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital do projeto.

Estas taxas são estabelecidas na data do início do contrato de concessão ou projetos, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado.

• **Determinação das receitas de infraestrutura;**

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável, aplicável quando da entrada em operação. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) será estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

• **Determinação das receitas de operação e manutenção**

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.3. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins regulatórios, e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações contábeis societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma Companhia que auditou as demonstrações contábeis para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço público de transmissão de energia. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

- **Ativo de concessão - financeiro**

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão, tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

- **Ativo de contrato de concessão**

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do contrato, estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à: aplicações financeiras.

- Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e a geração de fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à: (i) caixa e bancos; (ii) empréstimos; (iii) debêntures e (iv) fornecedores.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.8. Tributação

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%;

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

Correntes

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são conhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.11. Encargos regulatórios

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

O valor da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.12. Reconhecimento de receita

A Companhia aplica o CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplica as orientações do Ofício CVM nº 04/2020 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades do projeto e do leilão.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.13. Mudanças nas principais políticas contábeis'

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As demais emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020, não tiveram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis referente adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 - efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso - custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos - conta movimento	1.383.307	895.352
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.984.390	2.756.140
	4.367.697	3.651.492

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 100% do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	81.029	47.490
	81.029	47.490

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do ONS – Operador Nacional do Sistema.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	57.407	39.372
Vencido de 1 a 90 dias	17.454	2.424
Vencido de 91 a 180 dias	538	3.990
Vencido a mais de 181 dias	5.630	1.704
	81.029	47.490

A administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar	308.653	308.653
Imposto de renda retido na fonte	3.776	1.981
ISS a recuperar	15.600	15.600
IR e CSLL clientes	2.447	18.412
PIS e COFINS clientes	860	937
Imposto de renda	274	274
Imposto de renda - saldo negativo	42.344	28.825
CSLL retido na fonte	1.210	1.210
	375.164	375.892

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

	31/12/2019	Remuneração	Recebimentos	31/12/2020
Ativo de contrato	131.191.518	13.192.791	(9.150.024)	135.234.285
	131.191.518	13.192.791	(9.150.024)	135.234.285
Circulante	10.330.903			10.844.349
Não circulante	120.860.615			124.389.936
	131.191.518			135.234.285

8. Outros Ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedores	26.102	241.872
Créditos de terceiros	1.359	4.503
Outros adiantamentos	-	205.686
Adiantamento Proinfa (a)	-	80.235
Total outros ativos circulantes	27.461	532.296
Ordem de dispêndios a reembolsar (b)	2.038.997	697.953
Diretores, conselheiros e acionistas	56.240	56.240
Total outros ativos não circulantes	2.095.237	754.193

- (a) Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição. O valor de R\$ 1.112.773 foi recebido no exercício de 2018 do cliente Vale SA e repassado ainda em 2018 para o fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA, tratado como adiantamento. A nota fiscal de cobrança do encargo emitido pelo fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA foi emitida em 2019, momento em que o valor foi apropriado ao resultado na conta de outros encargos – PROINFA.
- (b) Ordem de dispêndios a reembolsar compreende o processo de registro, acompanhamento e controle de valores, utilizado para acumular os desembolsos que não representam despesas da companhia, e que serão objeto de reembolso sobre o estudo dos projetos de Fortaleza e Porto Alegre, a partir de 2021.

9. Empréstimos

	Vencido final	Juros	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro - Pré	nov/22	(a)	1.223.529	1.300.000
			1.223.529	1.300.000
		Circulante	458.823	420.588
		Não circulante	764.706	879.412
			1.223.529	1.300.000

- (a) Os juros são calculados conforme a “taxa de juros dos fundos constitucionais”, divulgado pelo Bacen, e pelo componente pré-fixado da TFC de 0,017449, para pagamentos realizado até o vencimento ou de 0,020528 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento.

10. Debêntures

	Vencto. final	Juros	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	nov/39	6,15% a.a. + IPCA	30.212.770	30.542.107
			30.212.770	30.542.107
		Circulante	1.622.000	1.622.000
		Não circulante	28.590.770	28.920.107
			30.212.770	30.542.107

Em 15 de novembro de 2019, foram emitidas 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), com vencimento de 20 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2039.

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos das debêntures:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	1.622.000
2021	1.622.000	1.708.680
2022	1.707.972	1.725.081
2023	1.790.979	1.808.919
2024	1.886.353	1.905.249
2025	1.997.120	2.017.125
Após 2026	21.208.346	19.755.053
	30.212.770	30.542.107

Cláusulas contratuais

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas pela Companhia.

11. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	560.519	969.445
	560.519	969.445

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

12. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	295.205	391.860
CSLL	659.565	789.175
PIS a recolher	15.660	14.199
COFINS a recolher	72.224	65.651
Imposto de renda retido na fonte	5.738	13.773
INSS retido de fornecedor	91.524	94.486
INSS FOPAG	2.140	-
INSS a recolher	9.986	9.484
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	-	34.896
ISS a recolher	30.108	23.282
	1.182.150	1.436.806

13. Parcelamento tributário

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento ICMS Difal	227.861	322.263
	227.861	322.263
Circulante	91.066	94.403
Não circulante	136.795	227.860
	227.861	322.263

Parcelamento do ICMS DIFAL de 2017 e 2018 do Estado do Pará, conforme Instrução Normativa SEFA Nº 15 DE 13/09/2019. Débito de R\$ 521.484 do ICMS DIFAL de 2017 parcelado em 48 parcelas e o débito de R\$ 24.651 do ICMS DIFAL de 2018 parcelado em 24 parcelas.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. Abaixo a composição:

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda diferido	21.657.563	20.184.595
Contribuição social diferida	7.796.723	7.266.454
	29.454.286	27.451.049

A seguir a base de cálculo:

	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo inicial	80.738.380	83.668.484
Adições/Exclusões temporárias - Receita de ativo de contrato	5.891.870	(2.930.104)
Base de cálculo final	86.630.250	80.738.380
 Passivo não circulante		
IR diferido	21.657.563	20.184.595
CS diferida	7.796.723	7.266.454
	29.454.286	27.451.049
 Resultado do exercício		
IR diferido	1.472.968	(732.526)
CS diferida	530.269	(277.194)
	2.003.237	(1.009.720)

15. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
PIS diferido	1.436.687	1.369.920
COFINS diferido	6.617.470	6.309.933
	8.054.157	7.679.853

Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo inicial	83.025.440	79.132.000
Adições temporárias - Receita de ativo de contrato	4.046.528	3.893.440
Base de cálculo final	87.071.968	83.025.440
 Passivo não circulante		
PIS diferido	1.436.687	1.369.920
COFINS diferido	6.617.470	6.309.933
	8.054.157	7.679.853
 Resultado do exercício		
PIS diferido	66.767	64.242
COFINS diferido	307.537	295.899
	374.304	360.141

16. Patrimônio líquido**16.1. Capital social:**

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2020 é representado por 16.666 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Testotrans Holding Ltda.	14.166	85%	14.166	85%
Kavom Energia Ltda.	-	-	2.500	15%
FIP Kavom (i)	2.500	15%	-	-
	16.666	100%	16.666	100%

- (i) Em 30 de setembro de 2020 foi celebrado entre a Kavom Energia S.A e Kavom Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia o termo de cessão de ações e outras avenças, com o objetivo de integralização de ações subscritas mediante a participação societária entre as partes na Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

16.2. Destinações do lucro do exercício

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.332.214
(-) Reserva legal (a)	(216.611)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDAM) (b)	(1.546.839)
Lucro líquido do exercício ajustado	2.568.764
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (c)	(642.191)
Lucro a destinar (d)	1.926.573

(a) Reserva legal

Do lucro líquido apurado do exercício, será deduzido a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excedera 20% do capital social.

(b) Reserva de incentivo fiscal – Subvenção SUDAM

Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará, concedido pela SUDAM, no montante de R\$ 1.546.839 em 31 de dezembro de 2020. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Conforme determinado no Estatuto Social, a Companhia, poderá, a qualquer tempo, levantar os balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Também poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação de Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

(d) Reserva de lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2020 apresenta o montante de R\$ 59.426.571 (R\$ 57.499.998 – 2019), a sua destinação deverá ser deliberada pelos acionistas em assembleia geral.

17. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos ativos de contrato de concessão	13.192.791	12.775.329
Receita de O&M	1.164.262	1.107.981
Receita de transmissão da rede básica	1.356.678	4.753.951
(-) Encargos do consumidor	(537.702)	(4.759.660)
(-) Outros encargos	(1.079.564)	(1.002.770)
(-) PIS e COFINS diferido (nota 15)	(374.304)	(360.141)
	13.722.161	12.514.690

18. Despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(260.949)	(366.061)
Terceiros	(1.392.772)	(1.637.987)
Projeto básico das LTs	(408.884)	-
Reforço de linha	(487.916)	-
Outros	(373.632)	(933.057)
	(2.924.153)	(2.937.105)
Custo da operação	(349.973)	(20.944)
Despesas operacionais	(2.574.180)	(2.916.161)
	(2.924.153)	(2.937.105)

19. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	81.831	30.517
Outras receitas financeiras	15.558	48.057
	97.389	78.574
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(71.628)	(246.365)
Juros sobre debêntures	(3.115.055)	(573.128)
Outras despesas financeiras	(70.735)	(201.067)
	(3.257.418)	(1.020.560)
	(3.160.029)	(941.986)

20. Crédito (despesa) de Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL corrente	(1.302.529)	(3.267.413)
IRPJ e CSLL diferido	(2.003.236)	1.009.720
	(3.305.765)	(2.257.693)

Abaixo a conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro real:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos	7.637.979	8.635.599
Despesa de IRPJ e CSLL calculada a alíquota de 34%	(2.596.913)	(2.936.104)
Diferenças temporárias de receita de ativo de contrato	(2.003.236)	1.009.720
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM (a)	1.546.839	1.815.118
Outras exclusões temporárias	(252.455)	(2.146.427)
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.305.765)	(2.257.693)
Alíquota efetiva	43%	26%

- (a) A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

21. Instrumentos financeiros**Identificação dos principais instrumentos financeiros**

	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Ativo financeiro			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	2.984.390	2.756.140
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		1.383.307	895.352
Contas a receber		81.029	47.490
Passivo financeiro			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		1.223.529	1.300.000
Debêntures		30.212.770	30.542.107
Fornecedores		560.519	969.445

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na

ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota 1.2).

- **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

22. Passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

23. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	1800626523
TIPO:	Compreensivo Companhiaial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 53.695,37
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	5100001359
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 7.984,02
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

24. COVID

A ONTE vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico, em especial no mercado brasileiro, e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ademais, a Administração considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica tem se mostrado eficientes para conter estes riscos.

De forma a garantir o fluxo normais das atividades a Companhia adotou posição prudente na gestão do caixa, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais. A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores.

25. Partes relacionadas e remuneração da Administração.

Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

E durante o exercício de 2020 não houve transações com partes relacionadas.

Remuneração da administração

Os administradores são acionistas indiretos e não receberam remunerações fixas, variáveis, incluindo benefícios aos Administradores entre os anos de 2019 e 2020.